

ACTA Nº 90

Aos trinta de novembro de dois mil e dezoito reuniu no salão do edifício sede da Casa do Povo do Maxial a Assembleia Geral Ordinária da Casa do Povo do Maxial, conforme convocatória datada de quinze do mesmo mês, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do Orçamento e Programa de Ação para o ano de 2019;
- 2 - Informações

A sessão, marcada para as dezassete horas e trinta minutos, à qual assistiram vinte e dois sócios que assinarão o livro de presenças, teve o seu início às dezassete horas, devido ao facto de à hora regimental não se encontrar presente o número de associados estatutariamente previsto.

A Mesa da Assembleia foi composta pelo segundo Secretário, Delfim dos Santos Ferreira, NIF 135766257 e pelo sócio Gil Manuel da Conceição Franco, NIF 125482868, o que se deveu à ausência por motivo de doença do familiar do Presidente e de doença do próprio, primeiro Secretário.

Depois de cumprimentar os presentes o segundo Secretário convidou o Presidente da Direção, Acácio Franco, a dar seguimento ao primeiro ponto:

1 - Apresentação e votação do Orçamento para 2019

Este delegou na Técnica de Contas presente, Dra. Amélia Coelho, a qual fez uma breve introdução explicando que o Orçamento é um documento de intenções que se destina a prevenir e garantir a normalidade do funcionamento da Instituição e no cumprimento dos Regulamentos e legislação em vigor. Continuando, informou que a elaboração do Orçamento partiu de dados contabilísticos,

portanto reais, à data de trinta de setembro último.

O Orçamento prevê uma receita global de EUR ~ EUR 822.100,00, maioritariamente provenientes dos utentes e do estado, mas também dos Jogos Santa Casa, estes na ordem dos EUR 100.000,00. Para tais valores contribuem sessenta e cinco utentes, assim distribuídos: trinta e nove na resposta social Tar de Idosos, seis no Centro de Dia e vinte no Apoio Domiciliário.

Já os gastos previstos estão orçamentados em EUR 815.100,00, correspondentes aos custos com o funcionamento da Instituição, de que se destacam as Mercadorias e Matérias consumidas no valor de EUR. 183.000,00, os Fornecimentos e Serviços de Terceiros no valor de EUR 156.100,00 e os custos com o Pessoal no valor de EUR 459.942,00. Os trabalhadores que garantem o eficaz funcionamento são em número de trinta e cinco, do qual um está afeto aos Jogos Santa Casa.

Estão ainda previstos investimentos na ordem dos onze mil euros, distribuídos por Edifícios, Equipamento Básico e Equipamento Administrativo.

O Resultado previsto é, por isso, positivo de EUR 7.000,00.

A Dra. Amélia Poello terminou a sua apresentação salientando nomeadamente que o Orçamento revela a intenção de manter a qualidade dos serviços prestados e de manter o quadro de Pessoal. Fez ainda referência ao facto de que, enquanto os utentes pagam anualmente dote mensalidades os trabalhadores recebem num ano cartão ordenados, agravada a situação pelos casos de substituição de funcionárias, por motivos de doença ou de férias, em que há a somar os subsídios e outras encargos devidos ao pessoal a prazo que as substitui.

Seguiu-se a discussão do Orçamento, com o senhor João Pimenta a tomar a palavra e a propositão que mesmo entre as funcionárias contratadas a prazo, cinco delas, ou seja, metade, estão de baixa. Falou também das

dificuldades de tesouraria, associadas às dívidas de três utentes, as quais ascendem já a cerca de trinta mil euros e à perda de três camas; diminuição exigida pela Segurança Social.

Também o Presidente da Direção, Azeiteiro Franco, salientou a injustiça dessa exigência, considerando as medidas excessivas e fazendo comparações com as condições existentes noutras instituições, expondo diversos factos e comentando situações que são do conhecimento geral.

Seguiu-se a secretária de Direção Isabel Ferreira que salientou o facto da gestão da instituição em 2018 ter decorrido até agora de maneira mais calma, tanto quanto aos utentes como com os trabalhadores. Sublinhou que para fazer face à diminuição de receitas por via da perda de camas, a Direção decidiu pelo aumento das mensalidades dos utentes ERPI em vinte euros cada, excepto três utentes que foram aumentados trinta euros porque os valores que pagavam estão bastante abaixo do escalão seguinte. Completou também a informação relativa à dívida dos utentes ao salientar que estão a decorrer ações para legalizar as doações que os utentes querem fazer para liquidar as dívidas presentes e futuras e que também estão a ser garantidas por declarações de dívida em relação às doações não se concretizam.

O Presidente retomou a palavra para acrescentar que estão previstas formações para o pessoal, viáveis do ponto de vista económico, seguida uma "dia" da D.ª Amélia Coelho. Apresentou de seguida o Plano de Actividades para 2019, que pouco difere do de anos anteriores. A propósito refere que a média de idades dos utentes está atualmente em 86 anos, a maioria dos quais com alguma deficiência ou demência, o que dificulta as ações de Animação.

De seguida leu o parecer favorável do Conselho Fiscal, que aprova o presente Orçamento.

Depois de perguntar se alguém tinha alguma questão a colocar e sem resposta, o Secretário colocou o Orçamento a votação. Não se verificando votações contra nem abstenções foi o Orçamento para 2019 considerado aprovado.

A assembleia foi depois aberta ao segundo ponto

2 - Informações

O Vice-Presidente, António Augusto informou os presentes da contratação de uma Dietista que está a elaborar e rever as emendas, acompanhando em visitas mensais a sua implementação, com vista a melhorar a qualidade da alimentação dos utentes e a diminuição por esta via do recurso a medicamentos, ao mesmo tempo que respeita e melhora os gastos com a alimentação. Salientou ainda que esta foi mais uma iniciativa que demonstra o empenhamento desta Direcção na prestação dos melhores cuidados e na defesa dos interesses dos nossos utentes, apesar dos custos associados e do esforço de tesouraria que representa.

Aproveitando a "deixa" o sócio Deifreu Ferreira nos informou surpresa por a Casa do Povo do Maxial nunca receber qualquer contribuição quando se fazem distribuições de verbais, recolhidas da população da freguesia em festas ou outras atividades, à semelhança do que é dado aos Bombeiros e à Igreja. Em seu nome pessoal o sócio Gil Franco sugere que isso poderia ser devido à Instituição não fazer parte da organização dessas festas e eventos. A essa hipótese o sócio Acácio Franco responde que várias pessoas da Instituição contribuem e contribuíram com o seu trabalho voluntário para essas festas e eventos.

Também a sócia Isabel Ferreira estranhou a falta de mútua colaboração entre a Junta de Freguesia e a Casa do Povo do Maxial. Tratando-se da dotação e apoio que a Casa do Povo presta aos munícipes seria de espe-

Raer maior intervenção da Junta de Freguesia. Por exemplo com a doação de um carro com elevador para cadeiras de roda ou, pelo menos, com uma contribuição para o efeito.

Tomou então a palavra o Sr. Fernando Guerra que propôs à Direção que promovesse uma reunião com o Presidente da Junta para debater as questões agora levantadas. A proposta foi do agrado da assembleia que a aprovou.

Esgotada a Ordem de Trabalhos, foram trocadas votos de Boas Festas, Feliz Natal e Feliz Ano Novo e a sessão foi dada por encerrada pelas dez e nove horas. Da mesma foi lavrada a presente Acta que, aprovada em minúcia será passada ao livro de Actas e assinada pelos membros que compuseram a Mesa:

O segundo secretário: *Luís dos Santos Figueira*

O sócio que secretariou: *Gilberto da Conceição*

